Globalização da informação

A globalização que nos permite saber o que se passa no mundo, em qualquer parte do mundo, no próprio instante em que as coisas estão a acontecer, nunca existiu e continua a não acontecer. Não é sequer possível que venha a acontecer um dia. Que ser humano teria tal capacidade?

Quando, a partir da implosão da União Soviética, se pensou termos entrado no paraíso na Terra – com o fim do confronto nuclear entre as superpotências, com o fim das polarizações ideológicas que distorciam qualquer discussão ou racionalidade, com o fim da contestação da democracia burguesa, entretanto historicamente transformada em espaço público aberto à iniciativa e intervenção da sociedade civil organizada – logo houve quem prognosticasse que o mesmo processo de Colapso poderia acabar por ocorrer no Ocidente (Diamond, 2008).

Os problemas ambientais e o aquecimento global, por um lado, a degradação da democracia e da justiça quando ela mais é precisa – em tempos de crise, mais ou menos criada pela ganância dos políticos e financeiros, mais ou menos inelutável pela lógica intrínseca do capitalismo -, por outro lado, revelam problemas profundos, sobretudo à Europa do Sul (mas também noutras partes do mundo de forma similar, como no Norte de África e Médio Oriente, na Turquia, no Brasil, para só falar das zonas de influência ocidental directa). Como quem começa a alimentar-se do próprio corpo, as políticas de chantagem política pela dívida financeira largamente experimentadas fora do continente europeu, começam a ser usadas dentro do continente. De momento nos países do Sul.

A ideia da aldeia global, lançada pelos sectores informáticos que imaginaram construir um mercado financeiro global a trabalhar sem interrupções e, ao mesmo tempo, um sistema de controlo automático, em que as pessoas são expostas aos outros e a si próprias na sua intimidade, como um panóptico global e universal (Lyon, 1994, e Bauman, 1999:60), serve bem os senhores do mundo – que querem saber onde param os seus investimentos e, sobretudo, as possibilidades de os recuperar com lucros, como servem a esperança de um dia vivermos a humanidade, isto é, um espaço terrestre de irmandade entre todos os povos, incluindo as minorias.

Na União Europeia, experiência política mais esperançosa e inovadora destes últimos anos, passou a ser central saber se a solidariedade entre os Estados incluiu a solidariedade para com as pessoas mais fragilizadas dos Estados com deficits públicos, entretanto utilizados para financiar o sistema financeiro em bancarrota. Ainda não houve nenhuma senhora Albrigth para dizer que o sacrifício de meio milhão de crianças iraquianas era um justo preço a pagar pelos interesses norte americanos na região; nem uma jornalista como a de “60 Minutes” para lhe fazer a pergunta apropriada à expressão de tal monstruosidade.[[1]](#footnote-1) Porém, a mesma tensão entre a vida e a morte de semelhantes está a ser vivida, com diferentes intensidades, naturalmente, entre estados e povos aliados alegadamente em base de igual e mutuo reconhecimento de dignidade. Nem por isso o governo português, que se apresenta não apenas como disponível para aplicar uma política ao serviço de interesses não nacionais como a sua política, pode evitar reconhecer estar sob protectorado. Protectorado moralista, pois dos nossos chefes de facto recebemos recados de que é preciso trabalhar mais, ter menos férias, andar mais compenetrado com a dureza da vida, e, ao mesmo tempo, segundo a *Transparência e Integridade – Associação Cívica*, associada ao movimento global contra a corrupção *Transparency International*, a moralização dos procedimentos dos executantes nacionais das políticas e interesse dos nossos protectores, ao nível da transparência e da luta contra a corrupção, inexiste.[[2]](#footnote-2)

Saberão os polacos, por exemplo, que a corrupção que grassa na construção da auto-estrada que liga Berlin a Varsóvia, promovida à sombra de uma empresa francesa, poderá – dentro de alguns anos, assim seja politicamente oportuno – ser cobrada ao erário público, sob a forma de chantagem sobre a dívida pública, em parte contraída para pagar a corrupção? Mesmo que o soubessem, poderiam os polacos deixar de solidarizar-se com quem lhes dá a oportunidade de viver níveis de vida “europeus” e de comprar produtos europeus, em vez de se retraírem, antecipando os males futuros? De que servirá aos polacos saberem o que se vive em Portugal e noutros países sob protectorado dos seus “aliados” europeus? Poderão eles duvidar de que a sua moralidade nacional não se deixará cair na mesma esparrela? Pensaram os portugueses – quando discutiram, no início dos anos 80, o miserabilismo dos que preferiam aliar-se aos países lusófonos – que as condições de subordinação que as potenciais europeias impuseram nas áreas colonizadas seriam aplicáveis, praticamente nos mesmos termos, em Portugal, logo que o crédito tivesse esgotado as capacidades de retorno para os investidores?

Para as teorias da informação é fundamental saber distinguir três níveis de informação: dados, conhecimentos e sabedoria. A aldeia global poderá, quiçá, produzir todos os dados pertinentes para disponibilizar a seja quem for que os deseje. Mas isso – ainda que fosse realizável – não corresponde à produção de conhecimentos instantâneos a partir dos dados acessíveis, do mesmo modo que as emoções precisam de ser trabalhadas, durante algum tempo, por vezes muito tempo, para proporcionarem os sentimentos adequados a uma experiência existencial consciente. Outra coisa ainda é o desenvolvimento da capacidade de intervenção preventiva, antecipada, que apenas a sabedoria pode proporcionar. Para o que muito mais tempo é indispensável.

A esperança de construção de uma humanidade, de um mundo social em que todos e cada um sejam tratados de acordo com as suas necessidades básicas vitais, existenciais e de acesso a recursos, em termos absolutos e relativos, é uma profecia que se pode auto-realizar. Não devemos prescindir dela. O que não é racional e, mesmo, é contraditório com a manutenção dessa esperança, é ignorar a natureza humana: não é boa nem é má. Nem Rousseau nem Hobbes tinham razão. Será preferível ultrapassar os estigmas do biologismo e procurá-la em Darwin, sobretudo porque as suas teorias têm sido alvo de inquéritos científicos, no âmbito da Biologia, cuja ambição e investimentos não se resumem aos das ciências políticas, parte isolada das ciências sociais, (Lahire, 2012).

A populaça, mostra a experiência, tanto pode apoiar um regime perverso – sem respeito pelas liberdades nem pela dignidade das minorias – como aventuras românticas – como são os projectos políticos emancipatórios. Sociedades amorfas, como as simbolizadas pelo Zé Povinho albardado como um burro, podem levantar-se a fazer um manguito ou mesmo tomar conta de si, como aconteceu durante ano e meio entre Abril de 1974 e Novembro de 1975. Como cada um de nós, pessoalmente, em público ou em privado, também temos a experiência de seguir obedientes as autoridades, boicotar mais ou menos planeadamente os planos de quem manda ou mesmo de confrontar os poderosos, em desafio. Às vezes as coisas correm bem, outras menos bem. Nem sempre a nossa disposição ou postura é decisiva ou sequer relevante para o decurso dos eventos sociais. E nos grandes acontecimentos sociais a sensação de ser uma força natural a conduzir as operações é evidente. Sim, a sociedade existe. Sim, os povos, sociedades com intenções largamente partilhadas e apoiadas em activistas sociais, também existem.

Que sabemos nós, em Portugal, do estado de espírito dos franceses ou mesmo dos espanhóis – para já não falar dos alemães, ou outras populações sob a soberania de estados do Leste da União Europeia? Que sabemos nós do desenvolvimento chinês ou indiano? Ou mesmo brasileiro e angolano? Que sabemos nós do estado de espírito dos portugueses?

O conhecimento é produzido a partir de dados. Tais dados são produzidos industrialmente pelos Estados, através das estatísticas, do apuramento de informações recolhidas pelas actividades administrativas, através da propaganda dos actores sociais com capacidade para tal, em particular através dos *mass media*. Os dados são também produzidos artesanalmente e divulgados através da internet. O excesso de informação não torna mais fácil produzir conhecimentos. Prova-o a disponibilidade de dados sobre o ataque do 11 de Setembro de 2001 aos EUA e o facto de tais dados terem sido ignorados pelos serviços de segurança. Prova-o, também, a adopção de políticas vingativas por parte dos estados ocidentais, como reacção a estes ataques, que permitiram passar por verdadeiros dados falsificados sobre a presença de armas de destruição massiça.

As sociedades humanas estão, definitivamente, a viver uma nova época de superabundância de informação e, também por isso, a esperança da efectiva construção de uma humanidade torna-se mais credível, do que quando era virtualmente impossível saber o que se passava a poucos metros de casa, por muito horrível ou extraordinário que fosse. Mas, não nos iludamos, continua a ser prática banal a obsolescência programada, a mentira das forças militares e de segurança sobre actos de controlo social ou de guerra, a perseguição de quem pretenda criar mecanismos de transparência, sobretudo ao nível estratégico – como bem sabem Assange, Manning ou Snowden.

O caso do Wikileaks mostra ser efectivamente necessário transformar a maneira como se lida actualmente com a informação. Em particular, o âmbito dos segredos de Estado pode (e devem) ser muito mais restrito. E com ele os segredos empresariais, sobretudo dos grandes empórios globais, a que os anglófonos chamam *corporations*, cuja regulação (quando existe) é ineficiente, como se percebeu ser o caso dos reguladores do sistema financeiro – o sistema mais confiável que existia e aquele que mais depende da confiança dos utilizadores.

Com a internet novos conhecimentos são possíveis de promover e produzir, tanto industrialmente como em modo artesanal. Mas que sabedorias orientarão o uso de tais conhecimentos? Será que a possibilidade realizada de deslocalização das industrias dos países do centro do capitalismo para o terceiro mundo – possibilitada pelas novas tecnologias centradas na flexibilização do trabalho e dos produtos, mas também no trabalho tão barato que mal cria mercado para escoar os produtos – suscitará formas de solução de problemas crónicos nas sociedades humanas, como a desigualdade, a pobreza e a injustiça institucionalizada? Haverá notícias de um modo de fazer a humanidade finalmente emergir, para lá dos equívocos e perversidades da competividade global com desprezo pelas realidades ambientais e existenciais?

Bibliografia

Bauman, Zygmunt (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

Diamond, Jared (2008) *Colapso - ascensão e queda das sociedades humanas*, Lisboa, Gradiva.

Lahire, Bernard (2012) *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris, Seuil, Couleur des idées.

Lyon, David (1994) *The Rise of the Surveillence Society*, Cambridge, Uni. Minnesota Press.

1. <http://www.youtube.com/watch?v=omnskeu-puE>. [↑](#footnote-ref-1)
2. <http://transparencia.pt/?s=wqsf09be82574&skeyword=recomenda%C3%A7%C3%B5es&wqsfsubmit=Search> [↑](#footnote-ref-2)